COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.772, DE 2000

(Apeços PL nº 6.620/2002, PL nº 4.417/2004, PL nº 6.920/2006,
PL nº 7.060/2006)

“Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.”

Autor: Deputado ALCEU COLLARES

Relator: Deputado MAURÍCIO RANDS

I - RELATÓRIO

A proposição submetida à nossa análise, de iniciativa do nobre Deputado Alceu Collares, visa alterar a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor que o contrato de trabalho não é extinto em virtude de concessão de aposentadoria a pedido do próprio empregado.

O *caput* do artigo que se pretende alterar dispõe sobre o cômputo do tempo de serviço do empregado readmitido. São considerados todos os períodos trabalhados na empresa, ainda que não contínuos, salvo na hipótese de o empregado ter sido demitido por justa causa, ou ter recebido indenização legal, ou, ainda, ter se aposentado espontaneamente.

A menção à aposentadoria como hipótese de exclusão do tempo de serviço na empresa possibilita a interpretação de que a mesma rescinde o contrato de trabalho.

A proposição em análise retira a exceção fundada em aposentadoria. Assim, apenas se houvesse justa causa para a demissão ou se houvesse o empregado recebido indenização não seriam computados os períodos descontínuos de trabalho para o mesmo empregador.

É introduzido o parágrafo único ao art. 453, a fim de complementar a ideia, dispondo que a concessão de aposentadoria a pedido do empregado não rescinde o contrato de trabalho.

São revogados os §§ 1º e 2º do art. 453 da CLT, incluídos pela Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997. O primeiro parágrafo versa sobre a readmissão de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista que tenha se aposentado espontaneamente, determinando ser necessária a observância dos requisitos do art. 37, inciso XVI, da Constituição, e que a readmissão seja condicionada à prestação de concurso público.

O § 2º, por sua vez, estabelece que a concessão de aposentadoria proporcional do empregado importa na rescisão do contrato de trabalho.

Foram apensados quatro projetos.

O **PL nº 6.620, de 2002**, do Deputado José Carlos Coutinho, modifica o art. 475 da CLT, a fim de dispor que a aposentadoria, em qualquer modalidade, *“não acarreta a extinção do contrato de trabalho e nem constitui motivo justo para a sua rescisão pelo empregador”*. A proposição mantém as regras contidas no vigente art. 475, relacionadas à suspensão do contrato de trabalho na hipótese de aposentadoria por invalidez.

O **PL nº 4.417, de 2004**, do Deputado Corauci Sobrinho, acrescenta parágrafo ao art. 468 da CLT, para dispor que, mediante acordo expresso com o empregador, o trabalhador aposentado pode ser novamente contratado com redução de jornada e de salário.

O **PL nº 6.920, de 2006**, do Deputado João Campos, altera a redação do art. 453 da CLT, introduzindo parágrafo único, para estabelecer que a concessão de aposentadoria não importa a extinção do vínculo empregatício. Os §§ 1º e 2º são revogados.

O **PL nº 7.060, de 2006**, do Deputado Geraldo Thadeu, acrescenta § 3º ao art. 453 da CLT, a fim de dispor que a aposentadoria espontânea *“não implica em rescisão do contrato de trabalho para efeito de contagem de tempo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS”*.

Em reunião ordinária realizada em 31 de outubro de 2007, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP, aprovou por unanimidade o parecer do relator, Deputado Luciano Castro, que concluía pela aprovação do PL nº 3.772, de 2006, e pela rejeição dos projetos apensados.

Nessa Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A competência legislativa é da União, pois a matéria está relacionada ao Direito do Trabalho, e cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. A iniciativa para apresentar esse tipo de projeto é de qualquer membro do Congresso Nacional. Os arts. 22, inciso I, 48, *caput*, e 61, *caput*, da Constituição Federal foram, portanto, observados.

O debate sobre a extinção ou não do contrato de trabalho em caso de concessão de aposentadoria é antigo em virtude da legislação permitir várias interpretações. O nobre Deputado Luciano Castro, relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, já expôs com proficiência os argumentos doutrinários e jurisprudenciais contrários e favoráveis à extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria.

Em 1º de dezembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 453 da CLT, na redação dada pelo art. 3º da Lei nº 9.528/1997 (Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 1770).

Já em 29 de junho de 2007, o STF decidiu na Ação Direta de Inconstitucionalidade mencionada, que a relação trabalhista independe da relação previdenciária e, portanto, que a aposentadoria espontânea do empregado não rescinde o contrato de trabalho.

As alterações feitas pelo legislador no ordenamento jurídico devem considerar o entendimento jurisprudencial.

Nesse sentido, o PL nº 3.772, de 2000, ao dispor que a concessão de aposentadoria não extingue o contrato de trabalho, torna expressa a independência da relação previdenciária da trabalhista, acolhendo o entendimento adotado pelo Supremo.

Ademais, exclui a aposentadoria espontânea como exceção à contagem de tempo de trabalho descontínuo, alterando o *caput* do art. 453, de forma coerente com o parágrafo único do dispositivo proposto no projeto.

Os §§ 1º e 2º, declarados inconstitucionais, são revogados.

As modificações introduzidas pelo projeto, portanto, estão de acordo com o entendimento da nossa mais alta corte.

O PL nº 6.620, de 2002, por sua vez, altera artigo diverso da Consolidação, visando atingir o mesmo objetivo. Entendemos, no entanto, que o aspecto relacionado à juridicidade não foi observado, pois não altera o principal dispositivo celetista pertinente ao tema, que é o art. 453.

O PL nº 4.417, de 2004, permite a contratação de trabalhador aposentado. Não existe em nosso ordenamento jurídico qualquer proibição relacionada à contratação de empregado aposentado. Entendemos, portanto, que a alteração pode gerar confusão pois não há fundamento para se permitir o que não é proibido. A juridicidade também não foi observada.

O PL nº 6.920, de 2006, modifica a redação do art. 453 da CLT, dispondo que a concessão de aposentadoria não importa a extinção do vínculo empregatício, de forma semelhante à prevista no projeto original.

A redação do *caput* do artigo mencionado, no entanto, não é alterada, restando incompatível com o dispositivo proposto, em virtude

de determinar que o período anterior à aposentadoria não é computado para o tempo de serviço. Verifica-se, aqui também, a injuridicidade da proposição.

O PL nº 7.060, de 2006, acrescenta § 3º ao art. 453 da CLT, com redação obscura, dispondo que a aposentadoria espontânea “*não implica em rescisão do contrato de trabalho para efeito de contagem de tempo de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS*”.

Não há alteração do *caput* do art. 453 e ainda são mantidos os §§1º e 2º, não atendendo, assim, o requisito de juridicidade, conforme já mencionado.

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 3.772, de 2000; e pela injuridicidade dos PL nº 6.620, de 2002; PL nº 4.417, de 2004; PL nº 6.920, de 2006; e PL nº 7.060, de 2006, restando prejudicada a análise da técnica legislativa dessas proposições.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado MAURÍCIO RANDS
Relator